



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras/PR, 19 de Abril de 2023.

Prezado (s) Senhor (s):

Considerando os documentos/laudos apresentados pelo licitante MARISTELA BERNADETE VILANOVA ref. A aquisição de uniformes escolares.

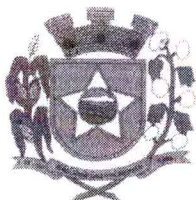
Considerando a Intenção de Recurso apresentada pela L DOS SANTOS FERNANDES, encaminhada ao setor de Licitação, através do Correios, via Sedex o qual recebido em 19/04/2023.

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo remeto ao procurador do município, a fim de manifestar-se.

Segue cópia do Laudo técnico - licitante Maristela Bernadete Vilanova - bem como o pedido de intenção de recurso - licitante L dos Santos Fernandes.

Atenciosamente


Claudinei Ferreira
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATORIO N.º: 09/2023

PREGÃO ELETRONICO N.º: 04/2023

OBJETO: Futuras aquisições de uniformes escolares para distribuição gratuita aos alunos da Escola Municipal e Centro de Educação Infantil (CMEI) da Rede pública de ensino do Município de São José das Palmeiras – PR., conforme Lei Municipal nº 691/2022.

I – Relatório:

Em suma, trata-se de “intenção de recurso” interposto pela empresa “L. dos Santos Fernandes”, a qual alega:

- a) Que o pregão teria sido homologado sem fosse oportunizado o contraditório, ou seja, sem abertura de prazo para interposição de recurso;
- b) Que a empresa “Maristela Bernadete Vilanova” emitiu laudo que não é credenciado pelo INMETRO, e, que não foi assinado por engenheiro têxtil;
- c) Que a calça, jaqueta, bermuda, short saia, camiseta manga curta e camiseta manga longa foram apresentados todos com a mesma etiqueta;
- d) Que na etiqueta somente consta o tamanho e dados do fabricante, não informando a composição do tecido;
- e) Que nas amostras apresentadas da calça, bermuda, short e jaqueta, os tecidos são diferentes, mas que o edital solicita o mesmo, com exceção da flanela da jaqueta;
- f) Que a amostra do short saída, bermuda e calça não foi personalizada;
- g) Que a amostra da jaqueta também não foi personalizada, não tendo sido feito barra e punho em retilínea, conforme descrição do edital;
- h) Que a camiseta de manga curta também foi apresentada sem personalização do brasão e na gola;
- i) Que a camiseta de manga longa também foi apresentada sem personalização do brasão e na gola.
- j) Por fim, diz que a empresa vencedora não apresentou amostras em todos tamanhos indicados no edital.

Pois bem. Em síntese estes são os fatos trazidos pela empresa Impugnante.

Passemos à análise da fundamentação.

II – Fundamentação:

II.I. Da Tempestividade:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Inicialmente, mostra-se necessário se posicionar acerca da alegação da Impetrante, a qual afirma que não teria sido oportunizado o contraditório, ou seja, a possibilidade de oferecimento recursal.

Ao analisar atentamente o Edital, observa-se no item 21.1. que este diz

21.1. – Encerrada a sessão pública, a autoridade competente **homologará o resultado do Pregão desde que não haja recurso;**

Ao analisar a Ata de Sessão de Disputa, pág. 112 e seguintes, ocorrido no dia 16/02/2023, observa-se que não houve a interposição de recurso, tão pouco a manifestação de interesse recursal.

Posteriormente, no dia 15 de março de 2023, ocorreu a homologação do resultado em favor da empresa vencedora, qual seja, Maristela Bernadete Vilanova, praticamente um mês depois.

A entrega do presente recurso se deu mediante correio, somente no dia 19 de abril de 2023, ou seja, de forma completamente intempestiva.

Portanto, conclui-se que a via recursal encontra-se prevista em edital, mas a Recorrente não se desincumbiu de seu ônus, mostrando-se negligente.

II.II. Das Falhas das Amostras:

De todo modo, é importante recordar que de acordo com a Súmula 346 do STF, é permitido à administração pública rever seus próprios atos, quando estes estiverem revestidos por vícios.



Súmula 346 - A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Portanto, passarei a analisar as supostas ilegalidades apontadas pela Impugnante, em homenagem a garantia da legalidade dos atos públicos.

O termo de referência, na pág. 12, diz que:

As amostras serão submetidas a análise técnica da equipe do Departamento de Educação do Município, estando sujeito a reprovação se não manter os padrões e limites pré-estabelecidos neste edital.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Ainda, o mesmo termo diz que:

A empresa deverá apresentar amostra de todas as peças e tamanhos em 07 (sete) dias úteis, a partir da formalização do contrato/ata de registro de preços.

Portanto, as amostras deveriam ter sido apresentadas no máximo até dia 24/03/2023, já que o contrato fora assinado no dia 15/03/2023, contudo, não há qualquer documento da equipe do Departamento de Educação do Município, que demonstre que as amostras atendem os requisitos exigidos em edital.

III – Conclusão:

Neste sentido, converto o feito em diligência, para que:

- a) O Departamento de Educação apresente documento que ateste que as amostras atendem os padrões exigidos no Edital;
- b) O Fiscal do Contrato emita parecer declarando que as amostras atendem os padrões exigidos no Edital;
- c) A comissão de recebimento da pasta emita parecer declarando que as amostras atendem os padrões exigidos no Edital;

Posteriormente, retorne o caderno licitatório para novo parecer.

São José das Palmeiras, 26 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
HERBERT CORREA BARROS
Data: 26/04/2023 11:45:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
Procurador do Município